



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
MINAS GERAIS

1 Ata da Ducentésima Décima Sétima Reunião Plenária do Conselho Estadual dos Direitos da  
2 Criança e do Adolescente de Minas Gerais - CEDCA/MG, realizada em sua sede, no dia **20**  
3 **de Agosto de 2009**, com seu início às 09 horas e 50 minutos. Estavam presentes os  
4 seguintes Conselheiros: Fernanda Flaviana Souza Martins (Titular - SEDESE), Obedes  
5 Barbosa Soares (Titular - Grupo de Instituições Solidárias - GIS), Ananias Neves Ferreira  
6 (Suplente - Centro Voluntariado de Apoio ao Menor), James Andris Pinheiro (Titular -  
7 OAB/MG), Hudson Roberto Lino (Titular - Associação Ágape), Amaury Costa Inácio Silva  
8 (Titular - Sindicato dos Psicólogos), Ronaldo Araújo Pedron (Titular - Secretaria de Defesa  
9 Social), Ricardo Augusto Zadra (Suplente - Secretaria de Estado Fazenda), Bernardo  
10 Ferreira Gonzaga (Titular - SEDESE), Cláudia de Souza Barbosa Garcias (Suplente -  
11 CRESS - Conselho Regional de Serviço Social), Raymundo Rabelo Mesquita (Titular -  
12 Inspeção São João Bosco), Regina Helena Cunha Mendes (Titular - Associação  
13 Profissionalizante do Menor - ASSPROM), Maria Aparecida dos Santos Queiroz (Suplente -  
14 Associação Papa João XXIII no Brasil), Maria da Consolação Faria (Titular - Conferência  
15 Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Leste II), Maria Cândida R. Jacques Gonçalves  
16 (Titular - SEPLAG), Gláucia Brandão (Titular - Assembléia Legislativa), Rosilene Estevan  
17 Nazar (Titular - Convenção Batista Mineira), Rosemary Leite Mattos (Titular - Secretaria de  
18 Estado da Educação). Presente ainda: Dra. Maria de Lurdes Santa Gema (Promotora  
19 Infância e Juventude Belo Hte), Dra Andréia Carelli (Coordenadoria das Promotorias  
20 Infância e Juventude - CAOIJ/MG). **Justificada a ausência:** Mirian Carla Cury (Titular -  
21 Frente Sul Mineira dos Direitos da Criança e do Adolescente), Andréia Cunha Soares  
22 (Suplente - Polícia Civil), Ivan Ferreira da Silva (Suplente - SEDESE), Maria Auxiliadora  
23 Sales Gonçalves (Titular - Secretaria Estado Fazenda), Dagoberto Alves Batista (Titular -  
24 Polícia Civil), Maria do Rosário de Castro (Suplente - Instituto de Educação e Construção da  
25 Cidadania), Guilherme Rodrigues de Oliveira (Suplente - Secretaria de Defesa Social),  
26 Cleverson Natal de Oliveira (Titular - PMMG), Nelly Costa Bittencourt (Suplente - Federação  
27 Estadual das Instituições de Reabilitação de Minas Gerais - FEBIEX), João Batista de  
28 Oliveira (Suplente - Subsecretaria de Direitos Humanos - SEDESE), Ten. Ricardo Luis  
29 Amorim Gontijo Foureuax (indicado Conselheiro suplente pela Polícia Militar - aguarda  
30 nomeação e posse). **Ausentes:** Poliana Lopes (Suplente - SEPLAG), José Marcelo de  
31 Azevedo (Suplente - Fundação Benjamin Guimarães), Sônia Feres (Suplente - Associação  
32 Portadores de Deficiência - ARPODE), Adriana Belisário (Suplente - Associação Mineira de  
33 Reabilitação), Eloisa Helena Rabelo Patrus (Suplente - Secretaria Educação), André  
34 Quintão (Suplente - Assembléia Legislativa de Minas Gerais), Ilca Verneque Castro  
35 (Suplente - Secretaria da Saúde), Benedito Scaranci Fernandes (Titular - Secretaria de  
36 Estado da Saúde), Ione Moraes Tofanelli (Titular - Associação Nosso Guri). A **Presidente**  
37 abriu a plenária cumprimentando a todos e informando o motivo da ausência do Secretário  
38 Executivo, que está fazendo curso. Logo após passou ao primeiro ponto da pauta,  
39 aprovação da ata da plenária ordinária realizada em 30 de julho. Após as considerações  
40 feitas pela Conselheira Regina, o documento foi colocado em votação e aprovado. Logo  
41 após foi aprovada a pauta da reunião com a inversão de um item. Foi solicitado pelo  
42 Conselheiro Ricardo, que o ponto da pauta, informes das Comissões, passasse para a parte  
43 da manhã, pois, como último ponto de pauta prejudicará a Comissão de Orçamento e  
44 Finanças, que tem informações importantes que precisa ser socializadas com os demais  
45 Conselheiros. Logo após, **Obedes** pediu que antes do ponto de pauta Regimento Interno da  
46 VII Conferência, fosse abordada a questão do adiamento da data do evento. **Fernanda**  
47 informou que sexta-feira passada, a Mesa Diretora preocupada com a gripe Influenza A  
48 (H1N1), se reuniu para informar aos Conselheiros da Nota Técnica emitida pela Secretaria  
49 de Estado da Saúde, em que é relato o risco da realização de eventos com a aglomeração

50 com número muito grande de pessoas, que é o caso da VII Conferência Estadual, sendo  
51 esperados cerca de 1700 participantes, de 420 municípios inscritos. Diante do exposto, o  
52 grupo reunido definiu pelo adiamento, como medida preventiva, bem como, de trazer o  
53 assunto para a plenária referendar a decisão. Logo após foi perguntado aos Conselheiros se  
54 havia alguém contrário a esta decisão, sem nenhuma manifestação contrária, foi aprovado o  
55 adiamento. **Fernanda** informou que está solicitando novos orçamentos com possíveis datas  
56 no mês de outubro, levando em conta a disponibilização de local adequado e de  
57 disponibilidade da equipe da Assembléia Legislativa. Disse que no SESC não há mais vaga  
58 para o mês de outubro, e no Tauá, que comporta 1080 pessoas, existe a possibilidade de  
59 fechar com as seguintes datas: 19 a 21/10, 21 a 23/10 ou 06 a 8/10. Na oportunidade, Hugo  
60 da Assembléia Legislativa falou que no mês de outubro, a equipe estará envolvida em  
61 outros eventos, em especial a Audiência Pública que acontecerá dia 22/10, além das 6  
62 datas em que a equipe viajará pelo interior pelo PPAG, e do Seminário Legislativo, também  
63 em outubro. Fernanda informou que o levantamento dos locais e datas já sendo feito,  
64 sugerindo o bloqueio prévio das datas supramencionadas, no Tauá. Logo após, Dra. **Maria**  
65 **de Lurdes** Santa Gema pediu a palavra para sugerir a disponibilização de espaço na VII  
66 Conferência para a exposição dos trabalhos artísticos feitos pelos adolescentes dos Centros  
67 de Internação. **Fernanda** respondeu que verificará a possibilidade deste espaço, que no  
68 SESC estava previsto, inclusive para exposição do artesanato do Vale do Jequitinhonha. Na  
69 oportunidade, **Maria Aparecida** Queiroz informou o que está sendo preparado para  
70 exposição na VII Conferência, destacando os trabalhos do Fest Vale, com vídeos feitos  
71 pelos próprios adolescentes. **Maria de Lurdes** pediu licença do CEDCA para conversar com  
72 Ronaldo Pedron e acertar todos os detalhes. Foi sugerido que outras entidades também  
73 possam participar. Na oportunidade, **Regina** ressaltou a importância do estabelecimento de  
74 critérios para escolha dessas instituições, citando os que foram discutidos na reunião da  
75 Comissão Organizadora, que são os que se seguem: Trabalhos executados por projetos ou  
76 programas voltados para crianças e adolescentes e famílias; financiados pelo FIA;  
77 Entidades e Programas inscritos nos Conselhos Municipais de Direitos, que contemple a  
78 diversidade e regionalização. Na sequência passou-se ao próximo ponto da pauta:  
79 **Regimento Interno da VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do**  
80 **Adolescente**. Foi sugerida a exposição do documento capítulo por capítulo, com espaço  
81 para destaques e sugestão de alteração no texto, digitado no ato, pelo Sr. Dalton, da equipe  
82 que apóia o Conselho na realização da VII Conferência. Logo no **inciso III** do capítulo I, foi  
83 sugerido pela Dra. **Maria de Lurdes**, a inclusão de CEDCA/MG ao invés de Estado de  
84 Minas Gerais, na definição e orientação de sua política dos direitos da criança e do  
85 adolescente. O inciso ficou com a seguinte redação: Subsidiar o Estado de Minas Gerais,  
86 especialmente o CEDCA/MG, na definição e orientação de sua política dos direitos da  
87 criança e do adolescente. Foi aprovada ainda a **inclusão** do **inciso IV**, que é o que segue:  
88 Subsidiar a construção de Plano Decenal Estadual para atendimento à Criança e ao  
89 Adolescente. No capítulo II, art. 3º, constava data da VII Conferência que foi adiada, sendo  
90 solicitada substituição no Regimento tão logo seja indicada nova data. No artigo 6º do  
91 capítulo II, a Conselheira **Regina** apresentou um destaque, salientando que gostaria de  
92 fazê-lo com muita delicadeza, tendo em vista a presença dos parceiros, mas que era uma  
93 questão legal. Sugeriu que constasse do Regimento que a presidência da VII Conferência é  
94 do CEDCA/MG, pois, em todos os eventos realizados até então, a presidência sempre foi do  
95 Conselho. Depois de breve discussão foi acatada a seguinte redação: A VII Conferência  
96 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente será **presidida pelo CEDCA/MG**, e  
97 realizada com o apoio da SEDESE e Assembléia Legislativa. A seguir, o texto continuou  
98 sendo lido sem interrupções, até o capítulo IV, art. 9º, parágrafo 2º, que discorre sobre o  
99 disposto na Resolução nº 134 do CONANDA, que o município, por motivo excepcional, tiver  
100 necessidade de prorrogar a data da Conferência, poderá fazê-lo mediante justificativa  
101 enviada à Comissão Organizadora Estadual. A partir daí se intensificou discussão em torno  
102 da aceitação ou não dos Consolidados dos municípios que realizaram suas Conferências  
103 Municipais depois do prazo estabelecido pelo CEDCA, de 30/06, em desacordo com a  
104 norma estabelecida posteriormente pelo CONANDA, de 30/07, gerando um conflito, já de

105 conhecimento de todos. **Hugo**, da Assembléia Legislativa, informou que são 35, os  
106 municípios que se enquadram nesta situação; sem falar naqueles que além de não fazerem  
107 na data certa, ainda não encaminharam os consolidados até 17/07. Que este artigo foi  
108 copiado na íntegra da Resolução do CONANDA, mas cabe ao CEDCA definir por sua  
109 permanência, ou alteração na redação. **Hudson** disse que qualquer decisão neste sentido  
110 vai gerar conflito, pois, alguns municípios não realizaram a Conferência devido ao rigor do  
111 CEDCA, na não aceitação depois do prazo, citando o caso de Ipatinga. **Fernanda**  
112 esclareceu o motivo de Ipatinga foi político e não devido ao rigor da norma do CEDCA.  
113 **James** disse que reconhece a dificuldade dos municípios, mas se Ipatinga quisesse mesmo  
114 teria se esforçado para fazer dentro do prazo. Se o motivo excepcional citado é de saúde  
115 pública para a etapa Estadual, é aceitável, mas deve-se fundamentar muito bem o que é  
116 motivo excepcional para esses municípios, senão “estaremos tratando de forma igual os  
117 diferentes”. **Maria da Consolação** argumentou que motivo excepcional é algo subjetivo, que  
118 quem é do interior conhece bem as dificuldades de se mobilizar e convencer as pessoas a  
119 participarem. Ao receber estes 35 consolidados, o CEDCA não estará atrapalhando nada,  
120 mas somando esforços na discussão das questões afetas à criança e ao adolescente.  
121 **Ananias** argumentou que não se faz política da criança e do adolescente sem ouvir os  
122 municípios, mas é preciso ter regras bem definidas do processo no CEDCA/MG. Também  
123 avaliar o trabalho dos parceiros de forma a não inviabilizar a elaboração do consolidado.  
124 Prorrogada a data da Conferência Estadual, não há outra coisa a se fazer senão publicar  
125 nova Resolução. Também deverá ser objeto de Resolução, a aceitação dos consolidados  
126 conforme Resolução nº134 do CONANDA, ou seja, “texto específico para matéria concreta”.  
127 **James** ressaltou que este é um órgão que delibera norma e que não basta apenas acolher  
128 por acolher. Ainda que Regimento Interno não é norma para tratar este assunto, mas uma  
129 Resolução específica, com critério. Tendo em vista o adiantado da hora, ficou acordado que  
130 os Conselheiros **James** e **Ananias** elaborarão uma Resolução para dispor sobre o  
131 adiamento da VII Conferência e outras providências, como: o adiamento da data da VII  
132 Conferência, bem como a acolhida dos consolidados. Este parágrafo 2º do artigo 9º do  
133 Regimento Interno estabelece que de acordo com a Resolução nº 134 do CONANDA, o  
134 município pode, por motivo excepcional prorrogar a data da sua Conferência, poderá fazê-lo  
135 mediante justificativa enviada à Comissão organizadora estadual. Depois do intervalo do  
136 almoço, o documento será apresentado para aprovação. Mas, naquele momento foi  
137 colocada em **votação e aprovada**, por 13 votos e a abstenção do Conselheiro Amaury, a  
138 seguinte proposta: será necessária a alteração no texto deste parágrafo 2º do artigo 9º, para  
139 figurar de acordo com Resolução que será elaborada pelos Conselheiros James e Ananias e  
140 referendada na parte da tarde desta plenária. Continuando a apreciação do Regimento  
141 Interno, o Conselheiro **Ananias** manifestou sua preocupação em relação à possibilidade de  
142 uma pessoa não pode prender duas vagas em duas categorias, podendo, por exemplo,  
143 figurar como representante como Conselheiro Estadual e como representante de outro  
144 segmento, citando o exemplo da Polícia Civil. **Regina** manifestou sua preocupação em  
145 relação à “arranjos” que podem acontecer para suprir vagas, sugerindo que seja garantido  
146 no credenciamento qual segmento o delegado se candidatará. Terminada esta discussão,  
147 foi lido até o final o texto do **Regimento Interno**, com pequenas alterações acatadas pelos  
148 Conselheiros e digitadas pelo Sr. Dalton, diretamente no documento, com destaque para o  
149 artigo 22 do capítulo X, que ficou pendente a elaboração de texto final mediante adaptação  
150 no texto, nos incisos, IX a XII, em conformidade com o deliberado no artigo 11 do capítulo  
151 VI. Após este momento o documento foi colocado em **votação e aprovado**. Na sequência  
152 aconteceu o intervalo para o almoço, e no retorno aos trabalhos foi apresentado pela  
153 Presidente o texto do Projeto de Lei que institui o Prêmio Solano de Barros, a ser concedido  
154 aos municípios do semi-árido mineiro contemplados com o **Selo Unicef - Município**  
155 **Aprovado**. **Fernanda** passou a palavra à Conselheira **Maria Aparecida** Queiroz, que fez  
156 um breve histórico acerca de quem foi Solano em Itinga, e de sua importância na luta em  
157 defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **Bernardo** informou que não pôde estar  
158 presente na parte da manhã porque estava em Brasília pela SEDESE. Ainda que o  
159 Conselheiro João Batista está de volta a Secretaria, atuando com a força de sempre. Falou

160 que ao trazer o Projeto de Lei ao CEDCA, antes de enviá-lo à Assembléia Legislativa  
161 legítima a iniciativa. É preciso valorizar os municípios que tem conseguido mudar sua  
162 realidade através da luta em defesa dos direitos de suas crianças e adolescentes. **Fernanda**  
163 informou que Minas Gerais foi o Estado com melhores índices de melhoria nos indicadores  
164 nas áreas da saúde e educação. Que após a avaliação do trabalho desenvolvido pelos  
165 municípios, foram contempladas 88 cidades do semi-árido que participaram e concorreram  
166 ao Selo Unicef. Em seguida foi acatada a sugestão de envio de correspondência  
167 parabenizando a iniciativa do Comitê Gestor Estadual para a Criança e o Adolescente do  
168 Semi-árido Mineiro. Logo após passou-se ao próximo ponto da pauta: **Apresentação** Dr.  
169 Clovis Benevides - Subsecretário Antidrogas - **Secretaria de Esportes e Juventude**. O  
170 convidado cumprimentou a todos e iniciou sua fala informando que o orçamento anual da  
171 Secretaria de Esportes e Juventude é de R\$10.000.000,00, para desenvolvimento de ações  
172 em três áreas distintas, a antidrogas, com acolhimento de usuários, familiares e estratégias  
173 voltado a educadores. Falou ainda da Superintendência das relações institucionais e  
174 municipalização, voltada a criação de Conselhos, sendo 217 implantados até o momento.  
175 Destes, 77 participam da rede de Conselhos, com ações de capacitação e formação de rede  
176 de ação social. Também a Superintendência de tratamento, prevenção e reinserção junto ao  
177 3º setor, rede complementar de serviços públicos especializados na área. Destaque a  
178 importância de ações de mobilização voltadas à prevenção, como Concursos de vídeo  
179 animação, o Programa Papo Legal, Programa de Reinserção Familiar, e outros. Falou da  
180 inexistência de porta de entrada para adolescentes com dependência química na rede, que  
181 os CAPS (atendimento psicossocial de saúde mental), prestam atendimento, mas é estrutura  
182 pré-existente no âmbito da FHEMIG, uma estrutura antiga. Ainda que os CAPS-I (infantil)  
183 prestam atendimento com a mesma estrutura. Que o CMT - Centro Mineiro de Toxicomania  
184 integra o atendimento da rede FHEMIG. Falou do número de atendimentos do SOS, um  
185 sistema voltado aos adolescentes com encaminhamento para tratamento mediante  
186 internação determinado pelo Judiciário, e da preocupação em ser colocado adolescente  
187 junto com adulto, devido à falta de local de atendimento adequado na rede. Clovis ressaltou  
188 que 51% dos adolescentes que cumprem medida privativa de liberdade em Centros  
189 Sócioeducativos por cometimento de ato infracional, são por porte ou envolvimento com  
190 drogas. Informou que número de crianças e adolescentes viciadas em crack é alarmante,  
191 não só na capital, mas também no interior. Uma droga altamente destrutiva do sistema  
192 nervoso, de baixo custo, deixando para trás o uso do álcool, que não é a droga mais usada  
193 pelas camadas menos favorecidas, tendo em vista o baixo custo do crack. Disse que o  
194 álcool é nocivo, mas o crack dizima. **Rosilene** sugeriu que CEDCA trabalhe junto com a  
195 Subsecretaria Antidrogas para otimizar as ações voltadas a prevenção e combate ao uso de  
196 drogas, inclusive reivindicar mais orçamento para desenvolvimento deste trabalho. **Obedes**  
197 lembrou que a Resolução nº 17/2007, que dispôs sobre as diretrizes do CEDCA para o  
198 quadriênio 2008/2011, prevê investimento em ações nesta área, em especial na prevenção.  
199 **Bernardo** também propôs iniciativa conjunta CEDCA, Subsecretaria Antidrogas e outros  
200 parceiros, especialmente um treinamento voltado aos Juízes, tentando uma aproximação  
201 com a escola do Judiciário. Que é preciso evoluir nesta discussão, ressaltando que a  
202 capacitação dos Conselheiros Tutelares é muito importante, mas não é suficiente, sendo  
203 essencial trazer o Judiciário para perto dos Conselhos, atuando como parceiro. **Fernanda**  
204 convidou Dr. Clovis para participar das plenárias. **Hudson** falou da importância do  
205 estabelecimento de parceria na articulação para implementação dos Conselhos Antidrogas,  
206 especialmente com o CEDCA, que está presente em boa parte do Estado. **Regina**  
207 respaldou o convite de Fernanda, informando que a questão das drogas tem sido um  
208 assunto recorrente na Comissão de Políticas Públicas, sugerindo que ele participe também  
209 das reuniões da referida Comissão. Falou da preocupação em relação à não implementação  
210 efetiva dos CAPS, como avaliar isto? Perguntou ela. Que o CMT - Centro Mineiro de  
211 Toxicomania possui tratamento adequado, mas somente quando o dependente está em  
212 estágio avançado de dependência, quase a beira da morte. Ressaltou que é preciso  
213 também um atendimento em todos os níveis de dependência. Regina informou que esta  
214 queixa foi feita por uma mãe em um programa de televisão em que participou. **Clóvis**

215 respondeu que desconhece este fato, que pode ser um equívoco, pois, a orientação da  
216 direção do CMT não é esta, que o atendimento inclui a todos, que o quanto antes o usuário  
217 procurar atendimento especializado melhor. **Fernanda** agradeceu a Dr. Clóvis e em seguida  
218 informou a presença da Sra. Beatriz Sá, Secretária Executiva da AMAMS - Associação de  
219 Municípios da Área da SUDENE. Na oportunidade entregou convite à todos os Conselheiros  
220 para participar **do II Seminário Toda Criança em Família**, dia 28 de agosto de 2009, em  
221 Montes Claros. Foi informado que Fernanda e a Conselheira Regina estarão presentes no  
222 evento. A seguir passou-se ao próximo ponto da pauta: **Projetos - CAC's**. Com a palavra, a  
223 Conselheira **Maria Cândida** relatora dos projetos apresentados nesta plenária procedeu à  
224 leitura dos pareceres favoráveis aos projetos. **São eles:** Projeto de pedido de Certificação -  
225 CAC, intitulado: **Abrace uma Causa**, no valor de R\$ 560.000,00, apresentado pela Escola  
226 de Menores São Vicente de Paulo. O **projeto** de pedido de CAC foi colocado em votação e  
227 **aprovado**. Projeto de solicitação de Certificado - CAC, intitulado, **Parque Escola Cariunas**,  
228 no valor de R\$ 1.039.884,75, apresentado pela Sociedade Artística Mirim de Belo Horizonte  
229 - Projeto Cariunas. O referido **projeto** foi colocado em votação e **aprovado**, com as  
230 abstenções dos Conselheiros Raymundo Mesquita, Obedes e Rosilene. A seguir foi  
231 colocado em votação e aprovado o pedido de **renovação de CAC do Projeto nº 122/2008 -**  
232 **Valores de Minas**, no valor de R\$ 2.500.000,00, apresentado pelo SERVAS - Serviço  
233 Voluntário de Assistência Social, cujo parecer favorável foi lido pelo Conselheiro relator,  
234 **Hudson Lino**. Logo após foi renovado o CAC do Projeto: **A Força da Rede**, no valor de R\$  
235 223.897,97, apresentado pelo GIS - Grupo de Instituições Solidárias, que foi colocado em  
236 votação e **aprovado**. Em seguida, foi apresentada aos Conselheiros a **Resolução CEDCA**  
237 **nº 024/2009**, preparada pelos Conselheiros Ananias e James, que dispõe sobre o  
238 **adiamento da data da VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do**  
239 **Adolescente e da outras providências**. O texto foi lido pelo Conselheiro Ananias e  
240 **aprovado** em seu inteiro teor. A publicação aguardará a definição da data do evento para  
241 publicação. Datas prováveis: 19 a 21/10, 21 a 23/10, ou 6 a 8/10. Na seqüência passou-se  
242 ao próximo ponto da pauta: **Processo de Escolha**. O Conselheiro **Ananias** pediu a palavra  
243 para informar que o processo de escolha exige tempo para prepará-lo, com a publicação de  
244 editais com prazos a serem cumpridos, análise das inscrições, recursos, etc, e que até o  
245 presente momento ainda não se iniciou. Que a eleição é da sociedade civil e é ela quem  
246 coordena o processo, que a SEDESE possui a atribuição de ato único, a convocação das  
247 entidades que comporão a Comissão Organizadora em conjunto com o CEDCA. A partir daí  
248 a Comissão começará a trabalhar na elaboração dos editais. Logo após surgiu calorosa  
249 discussão em torno da questão: é ou não atribuição da SEDESE a condução do processo,  
250 ainda, se Conselheiros governamentais podem compor este grupo de trabalho, partindo do  
251 pressuposto de que a eleição é da sociedade civil. Outra discussão foi se a Frente de  
252 Defesa poderia compor a Comissão. Após apresentação de todos os posicionamentos,  
253 foram colocadas em votação duas propostas para deliberação, que ficaram **empatadas** com  
254 **6** votos cada uma. São elas: 1ª proposta (Conselheiro Ananias), a participação de cinco  
255 Conselheiros da sociedade civil: Raymundo Mesquita, Rosilene, Hudson, Regina e James. A  
256 2ª proposta da (Conselheira Regina), composta pelos cinco Conselheiros  
257 supramencionados, mais dois representantes da Frente de Defesa. Como a votação ficou  
258 empatada, o voto de minerva foi dado pela Presidente para a primeira proposta, ficando  
259 assim composta a **Comissão Organizadora do Processo de Escolha da Sociedade Civil**  
260 para o mandato 2010-2012. **Conselheiros: Raymundo Rabelo Mesquita, Rosilene**  
261 **Estevan Nazar, Hudson Roberto Lino, Regina Helena Cunha Mendes, James Andris**  
262 **Pinheiro**, com a assessoria do Secretário Executivo Walter Guedes e Silva. Na seqüência  
263 passou-se ao próximo ponto da pauta: **Informe das Comissões Temáticas**. **Maria**  
264 **Aparecida** Queiroz pediu a palavra apresentar aos Conselheiros, cópia dos autos do  
265 Ministério Público, de caso de tortura cometida por policiais contra dois adolescentes em  
266 Itaobim - MG, após denúncia dos Conselheiros Tutelares, que agora estão sendo  
267 ameaçados. Relatou que o Juiz da Comarca decretou de uma só vez a prisão de sete  
268 policiais envolvidos. Ainda que membros do Ministério Público solicitaram proteção à justiça  
269 devido às ameaças, contudo, os Conselheiros não tem a quem recorrer. Na oportunidade

270 pediu que o CEDCA se manifeste apoiando o Conselho Tutelar, ressaltando que cumpriram  
271 com sua função, senão, segundo ela, ninguém mais querendo ser Conselheiro Tutelar. **Regina**  
272 apoiou Maria Aparecida, ressaltando que o Conselho deve se manifestar não só apoiando a  
273 iniciativa dos Conselheiros, mas pedindo proteção policial. **Obedes** disse que da mesma  
274 forma que os Conselheiros procuraram as instâncias locais para denunciar, poderão agora  
275 procura-las para pedir proteção, em especial ao Ministério Público. **James** respaldou as  
276 palavras de Obedes, acrescentando que o Conselho Estadual não deve se voltar na direção  
277 do trato caso a caso, que o Conselheiro Tutelar cumpriu com sua função na defesa do  
278 direito de crianças e adolescentes. Finalizando a discussão, a Coordenadora da Comissão  
279 de Apoio aos Conselhos, **Regina** Helena, solicitou que o expediente seja discutido na  
280 Comissão e tirado encaminhamento para trazer na próxima plenária. Logo após passou-se  
281 ao relato da **Comissão de Medidas Sócioeducativas**. O Coordenador, **Raymundo**  
282 **Mesquita** informou que a Comissão se reuniu na manhã de ontem, sendo discutidos vários  
283 assuntos, dentre eles: a assinatura do contrato da Secretaria de Defesa Social com Hans e  
284 Cássia, para elaboração do Plano Estadual de Atendimento às Medidas Sócioeducativas do  
285 CEDCA/MG. Na oportunidade, informou que Hans esteve na Secretaria e trouxe a notícia  
286 que de não falta nenhum documento, que a assinatura acontecerá até meados de setembro,  
287 tão logo seja colhida assinatura do Secretário, Dr. Maurício Campos Júnior, autorizando o  
288 pagamento dos Consultores. Ressaltou que Ronaldo Pedron está se empenhando  
289 pessoalmente. Finalizando o relato informou que recebera naquele momento, das mãos da  
290 Secretaria Executiva da Frente de Defesa, Maria Alice, manifesto dos funcionários do CEIP  
291 Dom Bosco, denunciando superlotação na unidade, além de precárias condições de  
292 trabalho. Disse que o expediente será apresentado na reunião ordinária da Comissão em  
293 setembro, e definição de encaminhamento. **Ricardo Zadra**, Coordenador da Comissão de  
294 Orçamento e Finanças iniciou o relato dizendo que estava constrangido de trazer tantos  
295 assuntos com um quorum tão esvaziado, mas que as atividades burocráticas da COF  
296 exigem a exposição de alguns pontos considerados relevantes. Citou o primeiro deles: a  
297 elaboração de uma norma escrita que norteará a apreciação dos 182 projetos recebidos  
298 pela SEDESE (Resolução nº21/2009), que já estão no CEDCA, demandando um trâmite  
299 interno, em especial, na COF. Ressaltou que existe mesmo um ponto nevrálgico entre a  
300 Portaria e a Resolução. Outro ponto citado pelo Coordenador no relato é a questão da  
301 informação orçamentária do CEDCA, como: posição financeiro-orçamentária do FIA; os  
302 gastos com a Conferência Estadual; as despesas de custeio (diárias e outras) do Conselho.  
303 Relatou que a informação que chegou às suas mãos foi que em 19/08, o valor depositado  
304 no FIA era de R\$3.034.000,00, sem contar os projetos em tramitação, e que ainda não  
305 foram conveniados. Ainda que foi gasto até o presente momento R\$1.000,00 com diárias  
306 para os Conselheiros, R\$325,00 com passagens, e R\$5.972,00 com o pagamento do  
307 Condomínio do Edifício Mirafiori. Que não houve gasto com lanche e com pronto pagamento  
308 este ano. O contingenciamento de 50% nos gastos do CEDCA/MG não aconteceu como  
309 previsto, sendo cortado somente 25%. Saliu que estão pendentes as informações sobre  
310 a execução orçamentária das Secretarias com ações afetas à área da infância e juventude  
311 no Estado. Na oportunidade perguntou: O que o CEDCA vai responder quanto questionado  
312 pela Frente de Defesa?. Pendente também a resposta acerca da indagação feita pela COF  
313 acerca do Decreto 40.404 de 11/06/1999, que dispõe sobre contribuição para o Fundo  
314 Estadual para a Infância e Juventude. Art. 1º - As sociedades de economia mista, as  
315 empresas integrantes da administração indireta do Poder Executivo, destinarão,  
316 mensalmente, ao Fundo para a Infância e Adolescência, instituído pela Lei nº 11.397, de 6  
317 de janeiro de 1994, a importância correspondente a 1% (um por cento) do imposto de renda  
318 devido. Disse ainda que falta a elaboração de procedimentos administrativos específicos  
319 para os projetos de CAC, especialmente as retiradas parciais, lembrando que passou à  
320 Mesa Diretora, a colaboração da COF sobre o referido assunto. Voltando ao assunto do que  
321 fazer com os 182 projetos da Resolução nº21/2009, **Ricardo** perguntou: O que fazer quando  
322 as cartas enviadas aos 182 projetos chegarem ao CEDCA?. Se for baseado o trâmite pela  
323 Portaria, deverão ser todos devolvidos, se seguir a Resolução, o procedimento será outro,  
324 seja, a análise nas Comissões. Que a Resolução 01/2004, das Comissões está em vigor e

325 deve ser considerada. Manifestou sua preocupação sobre o teor da correspondência  
326 enviada às Entidades, dizendo que constava do ofício que o projeto foi indeferido, e  
327 segundo ele, quem pode indeferir é a plenária. A pergunta que fica é: “Como vamos  
328 responder à essa questão do indeferimento geral”. **Fernanda** interveio para informar que a  
329 Superintendência de Planos e Projetos Específicos - SUPPE - SEDESE fez um trabalho  
330 muito criterioso e bem feito, se faltou documento fundamental como CAGEC, foi emitido  
331 parecer com juízo de inadmissibilidade sugerindo o indeferimento do projeto. A análise feita  
332 por três pessoas foi feito com muito critério e obedecendo a legislação afeta, e em relação  
333 ao envio da carta às Entidades foi aprovado em plenária, inclusive o seu teor. Que todos os  
334 expedientes remetidos à Mesa Diretora foram apreciados e solicitado encaminhamento à  
335 Secretaria Executiva. **Rosilene** disse que não há como fechar os olhos ao fato de todos os  
336 projetos terem sido indeferidos, e agora é preciso saber o que fazer. A partir daí a discussão  
337 ficou acalorada, com os Conselheiros colocando posições diferenciadas sobre o assunto, e  
338 Ricardo manifestando sua preocupação de qual será a informação que os técnicos da COF  
339 passarão às Entidades que já receberam a correspondência comunicando o indeferimento  
340 (inadmissibilidade), e ligarão solicitando informações de procedimento. Devido ao adiantado  
341 da hora, às 18:15h, foi proposto como **encaminhamento** a realização de uma **reunião**  
342 **ampliada** da **Mesa Diretora** e **Coordenadores de Comissão**, na segunda-feira, dia **24/08**,  
343 às 9:00h, no CEDCA, para tratar deste assunto. **Proposta acatada**. Na sequência passou-  
344 se aos informes. **Hudson** informou que a sua Entidade, Ágape completou 10 anos, e a partir  
345 de 03/09 começa as festividades, com programação de comemoração que se estenderá até  
346 20/11. Terá dia da consciência negra, 19 anos do ECA, 10 anos do Projeto Conselho Eficaz,  
347 dentre outros. **Rosilene** lembrou que muitos Conselheiros estão faltosos nas reuniões das  
348 Comissões, e na COF somente ela e o Ricardo compareceram na reunião. Na oportunidade  
349 sugeriu que fossem encaminhadas correspondências falando da importância da  
350 participação. **Ananias** falou da importância do estudo de algumas leis que foram aprovadas  
351 recentemente, em especial, a de adoção. Tal legislação traz em seu bojo muitas  
352 transformações que precisam ser discutidas pelos Conselhos Estaduais. Sem nenhum  
353 assunto mais a tratar, encerrou-se a reunião às 18:40h e foi lavrada a presente ata que  
354 aprovada, é assinada pelos Conselheiros presentes.

355 Belo Horizonte, 01 de setembro de 2009.